



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{ma} Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. 3850
Ent. 6962

SUA COMUNICAÇÃO DE
07/11/2018

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015
N.º **2651**

DATA
- 3 DEZ. 2018

ASSUNTO: Resposta à pergunta n.º 569/XIII (4.ª) de 7 de novembro de 2018, do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputados Paulo SÁ e António Filipe) - Novas Instalações para o Tribunal de Albufeira.

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

EB/OC



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta 569/XIII/4ª de 07 de novembro de 2018, do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputados Paulo Sá e António Filipe) - Novas instalações para o Tribunal de Albufeira.

Os Senhores Deputados Paulo Sá e António Filipe do PCP questionam, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Ministério da Justiça sobre as instalações do Tribunal de Albufeira:

«1. Reconhece o Governo que o edifício do Tribunal de Albufeira está degradado e é muito exíguo, não garantindo as condições adequadas a um normal funcionamento, nem reunindo as condições de dignidade institucional exigidas para um tribunal?»

«2. Quando será o Tribunal de Albufeira dotado de novas instalações?»

1. O Ministério da Justiça considera que o Palácio de Justiça de Albufeira se encontra num razoável estado de conservação, pese embora careça de algumas intervenções, designadamente pintura exterior e substituição da cobertura, as quais estão identificadas, reconhecidas e atualmente em fase de estudo, tendo em vista a elaboração de projeto a desenvolver em 2019.

Refira-se que a Comarca de Faro está a promover diversas intervenções pontuais no interior do edifício, nomeadamente, pinturas, estores, reparação de portas e janelas, divisórias e outras.

2. Não está previsto que os Juízos de Albufeira venham a ser dotados de novas instalações.